

De Dezembro de 1991 a Junho de 1993, responsável da Divisão de Informação de Contabilidades Agrícolas da DRAEDM;

De Agosto de 1987 a Dezembro de 1991, técnico superior da DRAEDM a exercer funções na Divisão de Informação de Contabilidades Agrícolas.

Projecto Norte de Portugal 2020: Definição de Esquemas Regionais de Serviços Colectivos Territoriais — Diagnóstico Prospectivo dos Serviços em Meio Rural no EDM, do ON — Medida 3.19, em 2003-2005;

Projecto de cooperação Gestão de Empresas do Programa de Apoio às Médias Empresas Agrícolas Santomenses, de 1999 a 2001;

Projecto PAMAF-IED 0036 Desenvolvimento Agrícola Sustentável: Metodologia e Definição dos Critérios de Intervenção em Zonas de Montanha, em 1997-2000, executado no quadro do PAMAF-Medida 4-IED.

Em 28 de Março de 2007, é nomeado em regime de substituição — Delegado Regional do Cávado, conforme Despacho n.º 10126/2007 publicado no D.R. n.º 105, 2.ª Série, de 31 de Maio.

Despacho n.º 7453/2008

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 21.º da lei 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela lei 51/2005, de 30 de Janeiro, foi aberto o procedimento concursal e procedeu-se à publicação do processo de selecção do titular do cargo Direcção Intermédia de 1.º Grau — Director de Serviços de Valorização Ambiental e Apoio à Sustentabilidade — constante da Portaria n.º 219-G/2007, de 28 de Fevereiro, no Correio da Manhã, no *Diário da República* e na Bolsa de Emprego Público.

Decorreram as operações de selecção, a cargo do Júri, de acordo com os métodos então publicitados na Bolsa de Emprego Público.

Cumpridos todos os formalismos legais e concluídas as operações de selecção, propôs o Júri, como resultado do respectivo processo de escolha e nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 21.º da lei 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, para desempenhar o cargo o candidato, Rui Manuel Pereira Martins.

Tendo em conta os fundamentos apresentados pelo Júri nos relatórios que integram o procedimento, designadamente a aplicação da fórmula que traduz os métodos de selecção aos factos apurados, considero que face a tais resultados, o candidato, Rui Manuel Pereira Martins, possui competência técnica e aptidão para o exercício do cargo e corresponde ao perfil exigido no respectivo concurso.

Assim, nomeio para o cargo de Director de Serviços de Valorização Ambiental e Apoio à Sustentabilidade, o Licenciado, Rui Manuel Pereira Martins, em comissão de serviço e pelo período de 3 anos, nos termos dos n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, auferindo a retribuição correspondente à categoria de origem, de acordo com o estabelecido no n.º 3 do artigo 31.º do mesmo diploma.

O presente despacho produz efeitos desde o dia 1 de Fevereiro de 2008

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de contas)

26 de Fevereiro de 2008. — O Director Regional, *Carlos Alberto Moreira Alves d' Oliveira Guerra*.

Nota curricular

Dados Pessoais — Rui Manuel Pereira Martins, Casado, nascido em 25/01/1957, natural de Lobrigos (S. João Baptista), Concelho de St.ª Marta de Penaguião e residente na Rua do Santana, n.º 22 — Gondzaves, 4705-139 BRAGA.

Formação Académica:

Licenciatura em Engenharia Zootécnica

Curso de Especialização em Gestão e Administração Pública

Formação Profissional:

Curso de FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública

Ação de Formação GESCOR — Gestão de Correio

Cursos “FEOGA — Secção Orientação”, pelo Centre For European Agricultural Studies (1985) e

“Agricultura Portuguesa — A Reforma da PAC — 2.ª Etapa de Adeção”, promovido pela DRAEDM

(1990);

Curso “Intensive Extension”, pela International Livestock Management Schools, Canadá (1996);

Curso de Defesa Nacional, promovido pelo Instituto de Defesa Nacional (2005).

Experiência Profissional:

De Outubro de 2003 a Fevereiro de 2007, Director de Serviços de Desenvolvimento Rural da DRAEDM;

De Julho de 1996 a Outubro de 2003, Director de Serviços de Agricultura da DRAEDM;

De Maio de 1993 a Julho de 1996, Director de Serviços de Experimentação da DRAEDM;

De Setembro de 1987 a Maio de 2003, Chefe de Divisão de Experimentação e Fomento da Produção Animal da DRAEDM;

De Novembro de 1986 a Setembro de 1987, Responsável pela Divisão de Experimentação e Fomento da Produção Animal;

De Abril de 1982 a Novembro de 1986, técnico superior na Direcção de Serviços de Produção Agrária da DRAEDM;

Gestor do Programa Agro-Pecuário/Leite da Região de Entre Douro e Minho (PIDDAC 1985);

Representante a DRAEDM na elaboração e acompanhamento dos seguintes Programas Regionais (Ajudas de Pré-Adesão Portugal/CEE -1985): Instalação da Rede Regional de Abate, Melhoria das Condições de Comercialização de Gado no Entre Douro e Minho e Programa de Recria de Novilhas — 1ª fase;

Delegado do Responsável Nacional do Programa de Melhoria das Condições de Produção Vegetal e Animal da Região de EDM, Acções de Pré-Adesão Portugal/CEE (1986);

Membro do Conselho Técnico da AGROS — União das Cooperativas de Produtores de Leite de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes, na área do melhoramento das condições de produção de leite (1989) e do Conselho de Administração da ABLN — Associação para o Apoio à Bovinicultura Leiteira do Norte, como vogal (1993 a 1999);

Coordenação da candidatura de projectos de I&DE ao Programa PRAXIS XXI e ao Programa AGRO, Medida 8. Desenvolvimento Tecnológico e Demonstração, bem como a execução material e financeira dos aprovados (1996 a 2003);

Coordenação da actividade da DRAEDM relativa à promoção e execução das Acções 2, 4.2.1, 5, 6 e 7.1, da Medida AGRIS (QCA III) (2003 a 2007).

Em 24 de Abril de 2007, é nomeado em regime de substituição — Director de Serviços de Valorização Ambiental e Apoio à Sustentabilidade, conforme Despacho n.º 10136/2007 publicado no D.R. n.º 105, 2.ª Série, de 31 de Maio.

Despacho n.º 7454/2008

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 21.º da lei 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela lei 51/2005, de 30 de Janeiro, foi aberto o procedimento concursal e procedeu-se à publicação do processo de selecção do titular do cargo Direcção Intermédia de 1.º Grau — Director de Serviços de Agricultura e Pescas — constante da Portaria n.º 219-G/2007, de 28 de Fevereiro, no Correio da Manhã, no *Diário da República* e na Bolsa de Emprego Público.

Decorreram as operações de selecção, a cargo do Júri, de acordo com os métodos então publicitados na Bolsa de Emprego Público.

Cumpridos todos os formalismos legais e concluídas as operações de selecção, propôs o Júri, como resultado do respectivo processo de escolha e nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 21.º da lei 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, para desempenhar o cargo o candidato, Manuel António Ovelheiro.

Tendo em conta os fundamentos apresentados pelo Júri nos relatórios que integram o procedimento, designadamente a aplicação da fórmula que traduz os métodos de selecção aos factos apurados, considero que face a tais resultados, o candidato, Manuel António Ovelheiro, possui competência técnica e aptidão para o exercício do cargo e corresponde ao perfil exigido no respectivo concurso.

Assim, nomeio para o cargo de Director de Serviços de Agricultura e Pescas o Licenciado, Manuel António Ovelheiro, em comissão de serviço e pelo período de 3 anos, nos termos dos n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, auferindo a retribuição correspondente à categoria de origem, de acordo com o estabelecido no n.º 3 do artigo 31.º do mesmo diploma.

O presente despacho produz efeitos desde o dia 1 de Fevereiro de 2008

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de contas)

26 de Fevereiro de 2008. — O Director Regional, *Carlos Alberto Moreira Alves d' Oliveira Guerra*.

Nota curricular

Dados Pessoais — Manuel António Ovelheiro, casado, nascido em 23-01-1951, natural de Mogadouro e residente na Rua de Haia, n.º 22 — Sr.ª da Hora — 4460 MATOSINHOS.

Formação Académica:

Licenciatura em Engenharia Agronómica.

Experiência Profissional:

Professor no ano lectivo de 1980-1981 das disciplinas de Ciências da Natureza e Biologia na Escola Secundária da Sobreda, em Almada.

Estagiou em 1981/82 na Estação de Lacticínios de Paços de Ferreira, da Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho, com um trabalho subordinado ao tema «Fertilidade do solo e variedades de milho no Vale do Sousa», tendo continuado a desenvolver trabalho na mesma, após conclusão do estágio.

Foi relator do Programa de Desenvolvimento Agro Pecuário Carne para o Entre Douro e Minho.

Responsável pelo sector de cereais e pela coordenação dos campos de demonstração do PROCALFER.

Nomeado responsável pela Divisão de Análise e Projectos em Março de 1987. Tomou posse como chefe de Divisão de Análise e Projectos em Outubro de 1987, altura em que ingressou formalmente nos quadros da Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho.

Em Dezembro de 1991 foi encarregado, enquanto chefe de divisão, de superintender à instalação e coordenação da futura unidade orgânica responsável pela gestão de todas as medidas de política sócio-estrutural.

Em Setembro de 1992 foi nomeado gestor de todos os programas do PEDAP.

Em Junho de 1993, e em consequência da alteração da Lei Orgânica da Direcção Regional, é nomeado chefe de Divisão de Medidas de Política Sócio-Estrutural. Em de Julho de 1996 foi nomeado director de Serviços de Planeamento e Política Agro-Alimentar, acumulando até à publicação do Decreto-Lei n.º 14/97, de 6 de Maio (Lei Orgânica da Direcção Regional), as competências da Divisão de Medidas de Política Sócio-Estrutural.

Em Maio de 1997 foi nomeado definitivamente na categoria de assessor principal da carreira de engenheiro.

Em Agosto de 2002 passou a exercer funções técnicas na Direcção de Serviços de Planeamento e Política Agro-Alimentar.

Em Junho de 2005 foi nomeado para o cargo de Sub Director Regional de Agricultura da DRAEDM, cargo que manteve até Fevereiro de 2007.

Autor do manual “Estudo de casos de boas práticas de gestão de explorações agrícolas”, editado em 2005.

Participou e apresentou comunicações em seminários, encontros, palestras e colóquios vários.

Foi membro do júri do concurso Jovem Agricultor Português de 1989 a 1994.

No âmbito da cooperação internacional, fez visitas a explorações agrícolas de Espanha, França e Suíça.

Em 1 de Março de 2007, é nomeado em regime de substituição — Director de Serviços de Agricultura e Pescas, conforme Despacho n.º 10122/2007 publicado no D.R. n.º 105, 2.ª Série, de 31 de Maio.

Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo

Despacho (extracto) n.º 7455/2008

Por despachos de 19 de Dezembro de 2007 e 18 de Janeiro de 2008, respectivamente do Director Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo e da Secretária-Geral do Ministério da Administração Interna:

Maria Adelaide das Neves Gonçalves Costa, Assistente Administrativa Especialista, da carreira de Assistente Administrativo, do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Viação — autorizada a requisição para a Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, pelo período de um ano, nos termos do artigo 4.º, n.º 1, alínea b) da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, com efeitos a 1 de Fevereiro de 2008. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

27 de Fevereiro de 2008. — O Director Regional, *José António Canha*.

Despacho (extracto) n.º 7456/2008

Por despachos de 19 de Dezembro de 2007 e 18 de Janeiro de 2008, respectivamente do Director Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo e da Secretária-Geral do Ministério da Administração Interna:

Maria Justina Rodrigues Nascimento, Assistente Administrativa Principal, da carreira de Assistente Administrativo, do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Viação — autorizada a requisição para a Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, pelo período de um ano, nos termos do artigo 4.º, n.º 1, alínea b) da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, com efeitos a 1 de Fevereiro de 2008. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

27 de Fevereiro de 2008. — O Director Regional, *José António Canha*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Instituto Nacional de Aviação Civil, I. P.

Aviso n.º 7780/2008

Nos termos da decisão do Conselho dos Transportes, Telecomunicações e Energia da União Europeia de 5 de Junho de 2003, e de acordo com o previsto no artigo 2.º do Regulamento (CE) n.º 847/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril, relativo à negociação e aplicação de acordos de serviços aéreos entre Estados Membros e países terceiros, torna-se público que, nos dias 6 e 7 de Março de 2008, terão início consultas aeronáuticas entre a República Portuguesa e a República Árabe do Egipto, com vista à revisão do acordo aéreo existente entre os dois países.

20 de Fevereiro de 2008. — O Vogal do Conselho Directivo, *João Confraria*.

Despacho n.º 7457/2008

A TAP — Transportes Aéreos Portugueses, S. A., com sede no Edifício 25 do Aeroporto de Lisboa, requereu a concessão de uma Licença para a exploração de serviços de Transporte Aéreo Regular Internacional, na rota Lisboa-Belo Horizonte-Lisboa.

Tendo a requerente cumprido os requisitos exigíveis para o efeito determino, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 66/92, de 23 de Abril e da Portaria n.º 371/92, de 29 de Abril, no uso das competências previstas na alínea c) do número 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 145/2007, de 27 de Abril de 2007, o seguinte:

1 — É concedida à empresa TAP — Transportes Aéreos Portugueses, S. A., uma Licença para a exploração de serviços de Transporte Aéreo Regular Internacional na rota Lisboa-Belo Horizonte-Lisboa, devendo assegurar cinco frequências semanais.

2 — Pela concessão da presente Licença são devidas taxas, de acordo com o estabelecido no artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 66/92, de 23 de Abril e parágrafo 2.º da Portaria n.º 464/92, de 5 de Junho.

21 de Janeiro de 2008. — O Vogal do Conselho Directivo, *João Confraria*.

Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I. P.

Deliberação (extracto) n.º 712/2008

Por deliberação do Conselho Directivo do LNEC, I.P. de 2008-02-26:

Maria do Rosário da Silva Veiga, investigadora principal, do quadro de pessoal deste Laboratório Nacional — transita para a situação de investigadora principal com habilitação para o exercício de funções de coordenação científica, da carreira de investigação científica, escalão 2, índice 255, com efeitos a partir de 2008-01-08, data da realização da última prova.

28 de Fevereiro de 2008. — A Directora de Serviços de Recursos Humanos, *Ana Paula Seixas Morais*.

Deliberação (extracto) n.º 713/2008

Por deliberação do Conselho Directivo do LNEC, I.P., de 2008-02-26, precedendo concurso externo, foi nomeada provisoriamente investigadora auxiliar, da carreira de investigação científica, do quadro de pessoal deste Laboratório Nacional, sendo posicionada no escalão 1, índice 195, a Doutora Maria Teresa Leal Gonçalves Veloso dos Reis.

A presente nomeação produz efeitos a partir da data da posse.

28 de Fevereiro de 2008. — A Directora de Serviços de Recursos Humanos, *Ana Paula Seixas Morais*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 7458/2008

Pela Portaria n.º 396/2007, de 2 de Abril de 2007, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 65, de 2 de Abril de 2007, foi criado o